

## CARTA ABERTA AO CNE/CNTE

Prezados membros do CNE/CNTE,

Queremos saudar a nossa Confederação (CNTE) e a todos os movimentos que lutam em defesa da educação pública, especialmente os que fazem parte do Conselho Nacional de Entidades.

Vimos, por meio desta carta aberta, apresentar um conjunto de propostas que têm como objetivo contribuir, somar, unificar, articular e ampliar as nossas estratégias de luta para constituirmos um grande patamar de financiamento público para a educação brasileira, dentro de um Projeto de Desenvolvimento Social no qual a igualdade, a distribuição de renda, a geração de empregos e o respeito às diversidades sejam o centro do debate.

Dessa forma, após as difíceis - porém vitoriosas - lutas pelo Novo Fundeb, pelos Precatórios do FUNDEF, pela retirada do Novo Fundeb do arcabouço fiscal/teto de gastos e após construirmos e promovermos a pauta da destinação dos Royalties do Pré-sal para a educação, temos clareza de que o financiamento público deve não somente ser buscado, mas também ampliado e fortalecido, para a garantia da efetivação do PNE, também tão duramente conquistado. Tendo isso em vista, apresentamos algumas alternativas e sugestões, sempre entendendo que a radicalidade está em encontrar a raiz do problema, e a raiz dos inúmeros problemas no campo da educação pública brasileira é o FINANCIAMENTO, tema que historicamente passa por inúmeras disputas.

Entendemos como primordial uma maior participação da União por meio de recursos controlados/carimbados para estados e municípios, bem como pensados por nós - que fazemos a luta social - e referendados pela sociedade, sobretudo os que mais serão impactados pela aplicação desses recursos. Nesse sentido, apresentamos as seguintes propostas de pautas de luta para apreciação coletiva:

- 1. Diretrizes Nacionais de Carreira Docente com Pisos Remuneratórios por Titulação e Formas de Promoção:** É fundamental estabelecer diretrizes claras para as carreiras dos profissionais da educação, incluindo pisos remuneratórios que reconheçam a titulação e as formas de promoção, valorizando o tempo de serviço e a qualificação.
- 2. Fundo Nacional de Equalização das Carreiras da Educação:** A criação de um fundo específico para equalizar as carreiras da educação é fundamental para garantir que todos recebam salários dignos e equivalentes às suas responsabilidades.
- 3. Royalties do Petróleo, Gás e Energia Verde para Valorização dos Profissionais da Educação:** Propomos que uma parcela dos royalties provenientes da exploração de recursos naturais, como petróleo, gás e energia verde, seja destinada diretamente à valorização dos profissionais da educação.
- 4. Taxação de Grandes Fortunas para Educação:** A taxação das grandes fortunas pode ser uma fonte significativa de financiamento para a educação pública, garantindo recursos adicionais para melhorias na infraestrutura escolar e na remuneração dos profissionais.

5. Subvinculação de 70% da complementação VAAR/Fundeb para Valorização dos Profissionais da Educação: Propomos que 70% dos recursos provenientes da complementação VAAR do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) sejam subvinculados exclusivamente para a valorização dos profissionais da educação.
6. Reajuste Anual do Piso Nacional do Magistério com Ganho Real: Defendemos um reajuste anual do piso nacional do magistério que contemple não apenas a inflação, mas também um ganho real, garantindo que os professores tenham um aumento real em seus salários;
7. Fortalecimento das metas referentes à valorização dos profissionais da educação no novo PNE: é fundamental assegurar políticas indissociáveis de formação contínua, piso salarial nacional, diretrizes nacionais de carreira, jornada e acesso via concurso público no PNE, que será aprovado após a realização da Conae;
8. Lutar pela aplicação da definição de profissionais da educação conforme a LDB: é importante que a definição que abrange a classificação de Profissionais da Educação esteja alinhada ao descrito no artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Lei 9.394/96), a fim de se evitar que gestores possam incluir outros profissionais alheios ao trabalho educacional dentro do custeio da subvinculação dos 70% do Fundeb.
9. Fortalecimento da luta pelos precatórios do FUNDEF, Fundeb e novo Fundeb: Essa vitoriosa luta tem um potencial elevado de avançar na valorização dos professores no Brasil. Isso se dará por meio de novas ações judiciais e no combate a qualquer acordo entre os entes federados e a União sem a participação dos sindicatos. O objetivo é evitar prejuízo nos recursos para a educação (30% ou 40%) e para os professores e trabalhadores da educação (60% ou 70%).
10. Definição de critérios de distribuição do ICMS, considerando o alcance de metas relacionadas à valorização dos profissionais da educação: Os critérios de distribuição do ICMS estão sendo debatidos na reforma tributária. É crucial incluir a valorização dos profissionais da educação como um critério de distribuição, a fim de incentivar os entes federados a promoverem essa política pública essencial para o Brasil.

Acreditamos que a análise, as possíveis contribuições e a efetiva implementação dessas propostas em nossas estratégias de luta contribuirão significativamente para o fortalecimento da educação pública brasileira, garantindo um ensino público de qualidade e valorizando os profissionais que dedicam suas vidas à nobre missão de educar.

Portanto, esperamos que o CNE/CNTE avalie, proponha, some e reflita atentamente acerca dessas propostas, a fim de que possamos caminhar em forte unidade, buscando um futuro melhor para a educação pública nacional.

Atenciosamente,

**Sindicato APEOC**, sempre juntos para construir a unidade em torno da luta pela valorização da educação e de seus profissionais.